



Quais são as principais considerações legais e éticas na criação e preservação de registros médicos odontológicos no Brasil

Fraila Ariele Costa da Silva¹, Isabel Cristina de Sousa Carvalho², Liana Roberta de Sousa Reis³, Charles Machado Dos Santos⁴, Nikoly Mariana Vasconcelos Silva⁵, Samaya da Silva Morais⁶, Giselle Maria Ferreira Lima Verde⁷.



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n6p125-138>

Artigo recebido em 22 de Abril e publicado em 02 de Junho de 2025

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

Introdução: A literatura científica apresenta um número razoável de estudos que reforçam a necessidade do arquivamento completo dos prontuários odontológicos. Entretanto, ainda são poucos os que abordam a forma adequada para o arquivamento do mesmo. **Objetivo:** Descrever as evidências científicas sobre as considerações legais e éticas pelo cirurgião-dentista pelo arquivamento da anamnese completa. **Métodos:** Revisão integrativa da literatura, realizada em três bases de dados e uma literatura cinzenta, respectivamente: LILACS, MEDLINE, BVS. A busca eletrônica foi realizada no dia 7 de maio de 2025. Os critérios de inclusão foram estudos com objeto específico sobre as considerações legais e éticas do Cirurgião-Dentista sobre a documentação física e digital, com recorte temporal de 20 anos e sem filtro de idioma. **Resultados:** Foram avaliados 10 artigos, a maioria publicados no ano de 2010 até 2020, no Brasil e com delineamento transversal. Acerca das contribuições do Cirurgião-Dentista, destacam-se três cenários, o da baixa adesão ao Arquivamento, a confusão sobre prazos legais e a documentação incompleta. Acerca da documentação, os Dentistas apresentam índices preocupantes de arquivamento. No contexto confusão sobre os prazos, destacam-se uma confusão sobre o tempo ideal de guarda dos documentos. No contexto qual documento deve ser guardado, na maioria estão incompletos, apresentando falha na identificação do paciente, planejamento e informações sobre o tratamento. **Conclusão:** A maioria dos estudos versa sobre a deficiência da guarda dos prontuários odontológicos e sua deficiência no conhecimento legal do paciente como do próprio Cirurgião-Dentista.

Palavras-chave: Odontólogos; Ética Odontológica; Responsabilidade profissional

What are the main legal and ethical considerations in the creation and preservation of dental medical records in Brazil

ABSTRACT

Introduction: Scientific literature presents a reasonable number of studies that reinforce the need for the complete archiving of dental records. However, there are still few studies that address the proper method for such archiving.

Objective: To describe the scientific evidence regarding the legal and ethical considerations for dentists in the archiving of complete anamnesis.

Methods: An integrative literature review was conducted in three databases and one grey literature source, respectively: LILACS, MEDLINE, and BVS. The electronic search was carried out on May 7, 2025. The inclusion criteria were studies specifically focused on the legal and ethical considerations of dentists regarding physical and digital documentation, with a time frame of 20 years and no language restriction.

Results: Ten articles were evaluated, most of them published between 2010 and 2020, in Brazil, with a cross-sectional design. Regarding the contributions of dentists, three scenarios stand out: low adherence to archiving, confusion about legal timeframes, and incomplete documentation. Concerning documentation, dentists show worrying rates of inadequate archiving. In the context of confusion about timeframes, there is significant uncertainty regarding the ideal duration for document retention. Regarding which documents should be archived, most are incomplete, showing failures in patient identification, treatment planning, and treatment information.

Conclusion: Most studies address the deficiencies in the storage of dental records and the lack of legal knowledge, both on the part of the patient and the dentist.

Keywords: Dentists; Dental Ethics; Professional Responsibility

Instituição afiliada – Graduada em Odontologia pelo Centro Universitário Uninovafapi

Autor correspondente: *Fraila Ariele Costa da Silva* peossoalfrailaariele@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

Após a implementação da Lei 8.078/90, de 11 de setembro de 1990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor, os cirurgiões-dentistas passaram a estabelecer uma relação de consumo com seus pacientes, na qual a odontologia é considerada o serviço oferecido e o paciente, o consumidor. Essa mudança levou os pacientes a reivindicarem seus direitos na justiça, o que fez com que os profissionais de odontologia se tornassem mais cautelosos em relação a possíveis processos judiciais. Para reduzir esses riscos legais, é fundamental que o cirurgião-dentista mantenha um prontuário odontológico completo, contendo todos os documentos relacionados ao paciente (Paranhos *et. al.*, 2007).

A documentação odontológica no Brasil representa um aspecto fundamental da prática profissional, envolvendo importantes considerações legais e éticas. Estudos recentes demonstram desafios importantes na manutenção adequada desses registros, com evidências históricas de que apenas 53,2% dos prontuários em instituições de ensino contêm a documentação mínima necessária. A prática atual revela taxas preocupantemente baixas de arquivamento de documentos essenciais, com apenas 40% dos profissionais arquivando radiografias e 26% mantendo modelos atualizados (Latorraca *et al.*, 2012).

No contexto da transformação digital, os registros eletrônicos emergem como uma alternativa promissória, sendo legalmente válidos quando certificados através de sistemas como a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) (Almeida *et al.*, 2017). Entretanto, esses sistemas apresentam seus próprios desafios, principalmente relacionados à segurança e proteção dos dados (Fonsêca *et al.*, 2016).

A conformidade com requisitos legais e éticos permanece um desafio significativo, especialmente em aspectos como períodos de retenção de documentos e obtenção adequada do consentimento informado (Saraiva *et. al.*, 2012). Esta situação evidencia a necessidade de uma compreensão mais aprofundada das obrigações legais e éticas relacionadas à documentação odontológica, bem como o desenvolvimento de práticas mais robustas de gestão de registros.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura cinzenta, realizada em quatro etapas: definição do tema e dos objetivos, construção da questão orientadora, seleção criteriosa dos parâmetros de inclusão, e uma busca sistemática na literatura disponível. A interpretação dos resultados foi conduzida de maneira rigorosa, sempre considerando a questão orientadora para garantir que a análise fosse consistente com os objetivos definidos. A apresentação da revisão e da síntese do conhecimento ocorreu de forma organizada e objetiva.

Para assegurar a qualidade da pesquisa, os dados foram coletados a partir de três bases de dados: LILACS, MEDLINE e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). As palavras-chaves utilizadas foram selecionadas conforme os Descritores em Ciências da Saúde (DECS): Odontólogos; Ética Odontológica; Responsabilidade profissional na coleta de informações, foram aplicados os operadores booleanos OR e AND para uma busca mais precisa. A escolha dessas bases de dados permitiu acesso a uma vasta gama de estudos e artigos relevantes, garantindo a inclusão de evidências robustas e possibilitando uma visão abrangente sobre o tema. Os critérios de inclusão foram definidos com precisão, garantindo que os estudos selecionados fossem pertinentes ao foco da pesquisa. Foram incluídos apenas os artigos que abordavam as dificuldades e desafios para o arquivamento de documentos odontológicos de forma correta.

A análise restringiu-se a publicações entre 2000 e 2024, buscando coletar os estudos mais atuais e de maior relevância sobre o tema. Buscou-se incluir artigos publicados em português, inglês ou espanhol, ampliando a abrangência cultural e geográfica da revisão. Foram excluídos os estudos fora do intervalo de tempo especificado, cartas ao editor, trabalhos apresentados em eventos, dissertações, monografias e artigos duplicados, ao total 50 artigos foram encontrados e 10 utilizados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base em uma criteriosa seleção, foram escolhidos 10 artigos, sendo a maioria em Língua portuguesa, para compor esta revisão. A partir dessas fontes, foi



elaborado o Quadro 1, contendo informações sobre autor/ ano, foco do estudo, metodologia, tipo de registro, principais descobertas e texto completo recuperado.

Autor (es)/ano	Foco do estudo	Metodologia	Tipo de registro (digital/físico)	Principais descobertas	Texto completo recuperado
Latorraca e outros, 2012	Conhecimento e práticas dos profissionais da odontologia quanto aos aspectos legais da documentação.	Pesquisa transversal	Físico (implícito)	A maioria dos dentistas reconhece a importância dos registros, mas muitos ignoram os contratos de custódia e serviço; baixas taxas de arquivamento de radiografias (40%) e moldes dentários (26%)	Não
Costa e Flório, 2020	Conformidade dos registros da faculdade de odontologia com os padrões legais/éticos.	Pesquisa transversal	Físico	53,2% dos registros continham documentos mínimos, nenhum totalmente compatível; lacunas na identificação, consentimento, planejamento	Sim
Almeida et al., 2017	Validade jurídica, privacidade e aceitação da documentação digital.	Revisão da literatura	Digital	Os registros digitais têm valor legal se forem certificados; o desafio é garantir autenticidade, integridade e	Sim



Quais são as principais considerações legais e éticas na criação e preservação de registros médicos odontológicos no Brasil

Silva *et. al.*

				confidencialidade	
Saraiva, 2012	Componentes, retenção e certificação digital de registros odontológicos.	Revisão da literatura	Ambos	Registros padronizados podem ser alcançados; a retenção deve estar alinhada ao Código de Proteção ao Consumidor; certificação digital reconhecida	Sim
Soares e de Araújo, 2013	Aspectos legais e comportamentais da manutenção de registros ortodônticos.	Pesquisa transversal	Físico	42,2% mantêm registros ao longo da carreira; baixas taxas de propriedade do paciente, consentimento e consciência legal; nenhum totalmente compatível	Não
Amorim et al., 2016	Importância da manutenção adequada de registros para evitar ações judiciais.	Revisão da literatura	Físico	Enfatiza confiança, transparência e registros detalhados; ~50% não realizam odontogramas ou arquivam documentos	Sim
Fernandes et al., 2011	Conhecimento de dentistas protéticos sobre períodos de retenção de registros.	Pesquisa transversal	Físico	Muitos desconhecem os períodos legais de retenção; 46,2% acreditam que sejam >20 anos; recomendam 5 anos com arquivamento digital	Não



Quais são as principais considerações legais e éticas na criação e preservação de registros médicos odontológicos no Brasil

Silva *et. al.*

Paranhos et al., 2007	Diretrizes legais para documentação odontológica.	Revisão da Literatura	Físico	Enfatiza histórico adequado, consentimento e registros organizados; sem dados quantitativos	Não
Fonseca et al., 2016	Aspectos legais dos registros odontológicos digitais.	Revisão da literatura	Digital	Os registros digitais resolvem problemas de armazenamento/acesso, mas são vulneráveis à manipulação; a validade legal depende da certificação	Sim
Ramos e Ambrosano, 2005	Componentes, retenção e aspectos legais/éticos dos registros.	Pesquisa transversal	Físico	Registra principalmente radiografias, anamnese, modelos, plantas; 47% acreditam que a retenção é de 20 anos; recomenda 5 anos de acordo com o Código do Consumidor	Não

Fonte: Autor

A documentação odontológica constitui um elemento fundamental no exercício profissional, servindo tanto como ferramenta clínica quanto como instrumento jurídico. Os artigos analisados demonstram consenso sobre a necessidade de prontuários completos, contendo anamnese detalhada, registros clínicos minuciosos, exames complementares e termo de consentimento informado (Paranhos et al., 2007). Essa documentação não apenas orienta o tratamento, mas também protege o profissional em eventuais disputas judiciais, funcionando como prova técnica incontestável quando devidamente elaborada (Saraiva, 2011). No entanto, estudos revelam que muitos



prontuários apresentam falhas graves de preenchimento, inclusive em instituições de ensino, onde se esperaria maior rigor na formação dos acadêmicos (Costa et al., 2005; Meneghim et al., 2007). Essa realidade expõe uma lacuna significativa na formação profissional que precisa ser urgentemente abordada.

A questão do tempo de guarda da documentação odontológica emerge como um dos pontos mais controversos na literatura analisada. Enquanto o Código de Ética Odontológica estabelece a obrigatoriedade de manutenção dos prontuários em arquivo próprio, não especifica claramente o período mínimo de guarda (CFO, 2003). Por outro lado, o Código de Defesa do Consumidor estabelece prazo prescricional de cinco anos para ações judiciais relacionadas a serviços profissionais (Brasil, 1990). Essa divergência normativa tem levado muitos cirurgiões-dentistas a adotarem posturas extremamente conservadoras, mantendo arquivos físicos por décadas, com os consequentes problemas de espaço e gestão documental (Fernandes et al., 2011). A digitalização dos prontuários, com posterior entrega dos originais aos pacientes mediante recibo, surge como solução equilibrada para este impasse (Paranhos et al., 2009).

A implementação de prontuários digitais certificados representa um avanço tecnológico significativo para a odontologia brasileira. A Medida Provisória 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil, conferiu validade jurídica aos documentos eletrônicos, desde que obedecidos os requisitos de certificação digital (Brasil, 2001). Estudos demonstram que sistemas informatizados com certificação ICP-Brasil oferecem segurança equivalente ou superior aos documentos físicos, com a vantagem adicional de facilitar o armazenamento e recuperação de informações (Eid et al., 2008). No entanto, a adoção dessas tecnologias ainda esbarra em desafios práticos, incluindo custos de implementação e resistência cultural por parte de profissionais mais tradicionais (Holanda et al., 2010). Programas de capacitação e incentivos fiscais poderiam acelerar significativamente essa transição digital.

Os aspectos legais da documentação odontológica ganham especial relevância quando consideramos a crescente judicialização das relações profissionais. O Código de Defesa do Consumidor, ao enquadrar os serviços odontológicos como relações de consumo, aumentou consideravelmente a responsabilidade civil dos cirurgiões-dentistas (Silva et al., 1999). Neste contexto, prontuários completos e bem elaborados



tornaram-se a principal ferramenta de defesa profissional, podendo inclusive servir como elementos periciais em processos de identificação humana (Silva *et al.*, 2008, 2009). A prática de registrar detalhadamente todos os procedimentos, incluindo as orientações fornecidas ao paciente, tem se mostrado determinante no desfecho de ações judiciais (Rodrigues *et al.*, 2006).

A análise comparativa dos artigos revela a necessidade urgente de atualização das normativas odontológicas para melhor adequação à realidade contemporânea. O Código de Ética Odontológica, em seu artigo 5º, deveria ser revisado para incorporar explicitamente as possibilidades da documentação digital (CFO, 2003). Da mesma forma, o CFO poderia emitir diretrizes mais claras sobre o tempo de guarda dos prontuários, harmonizando-as com os prazos prescricionais do Código Civil e do CDC (Fernandes *et al.*, 2011). Essa padronização traria maior segurança jurídica aos profissionais e reduziria a inconsistência atual nas práticas de arquivamento.

Os casos de identificação humana relatados na literatura destacam o valor forense da documentação odontológica bem elaborada. Relatos de identificação de vítimas de acidentes através de registros odontológicos demonstram como prontuários completos podem transcender sua função clínica original (Silva *et al.*, 2008, 2009). Esses exemplos reforçam a importância de se manter não apenas os registros escritos, mas também os exames complementares como radiografias e modelos de gesso, mesmo após o término do tratamento (Silva *et al.*, 2005). A prática de digitalizar esses elementos antes de descartá-los ou entregá-los aos pacientes mostra-se como solução eficiente para conciliar obrigações profissionais e limitações de espaço físico.

Por fim, a educação continuada emerge como fator crucial para a melhoria da qualidade da documentação odontológica. A incorporação de disciplinas de Odontologia Legal nos currículos de graduação e pós-graduação poderia sanar muitas das deficiências atualmente observadas (Fernandes *et al.*, 2011). Da mesma forma, os Conselhos Regionais poderiam promover campanhas de conscientização sobre a importância dos prontuários, incluindo orientações sobre documentação digital e certificação eletrônica (Saraiva, 2011). Essa abordagem educacional, combinada com a atualização normativa, criaria um ambiente mais seguro e eficiente para o exercício da odontologia no século XXI.



Quais são as principais considerações legais e éticas na criação e preservação de registros médicos odontológicos no Brasil

Silva *et. al.*

Autor(es)/ano	Tipo de desafio	Impacto	Soluções recomendadas	Implicações legais/ éticas
Latorraca e outros, 2012	Documentação incompleta, falta de contratos de serviço	Aumento da vulnerabilidade jurídica	Melhorar a adesão às melhores práticas, especialmente em processos e contratos	Risco de responsabilidade, não conformidade ética
Costa e Flório, 2020	Registros incompletos, consentimento/planejamento ausente	Conflitos legais, administrativos e éticos.	Atualizar registros, treinar alunos	Não conformidade com normas legais/éticas
Almeida et al., 2017	Garantir a autenticidade/integridade dos registros digitais	Possíveis desafios legais.	Utilizar sistemas digitais certificados (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira)	Proteção de dados, validade jurídica
Saraiva, 2012	Falta de período de retenção definido, negligência	Insegurança jurídica, risco de perda.	Alinhar com o Código do Consumidor, utilizar certificação digital	Responsabilidade, proteção de dados
Soares e de Araújo, 2013	Negligência na manutenção de registros abrangentes	Vulnerabilidade a disputas.	Adote práticas holísticas e legalmente compatíveis	Exposição legal/ética



Amorim et al., 2011	Falha ao completar/organizar registros	Risco legal, defesa comprometida.	Exames detalhados, registros atualizados	Validade jurídica, dever ético
Fernandes et al., 2011	Desconhecimento dos requisitos de retenção	Excesso de retenção, ineficiência.	Devolver registros após 5 anos, digitalizar	Conformidade legal/ética
Paranhos et al., 2007	Falta de registros detalhados e organizados	Risco legal/ético.	Manter registros detalhados e atualizados	Responsabilidade profissional
Fonsêca et al., 2016	Risco de manipulação de registros digitais	Valor probatório legal reduzido.	Promova documentos digitais certificados	Segurança de dados, validade legal
Ramos e Ambrosano, 2005	Confusão sobre os períodos de retenção	Práticas inconsistentes	Siga o Código do Consumidor (5 anos)	Incerteza jurídica/ética

Fonte: Autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação odontológica no Brasil apresenta deficiências significativas, com nenhum ou quase nenhum prontuário totalmente adequado às exigências legais. É fundamental que os cirurgiões-dentistas adotem práticas mais rigorosas de documentação, seja em formato físico ou digital certificado, uma vez que o documento é um respaldo legal tanto para o Cirurgião-Dentista quanto para o paciente. A garantia do arquivamento adequado dos registros pelo período legal de cinco anos mostra-se eficiente apesar das controvérsias. Estas medidas são essenciais tanto para a proteção legal do profissional quanto para a qualidade do atendimento ao paciente.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Salen Marchesi de; CARVALHO, Suzana Papile Maciel; RADICCHI, Ronaldo. ASPECTOS LEGAIS DA DOCUMENTAÇÃO ODONTOLÓGICA: uma revisão sobre validade legal, privacidade e aceitação no meio jurídico. **Revista Brasileira de Odontologia Legal**, [S.L.], p. 55-64, 2017. *Revista Brasileira de Odontologia Legal*. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v4i2.96>.

AMORIM, Haylla Priscilla de Lima; MARMOL, Shannon Lee Pinto; CERQUERIA, Saionara Neves Novais; SILVA, Mona Lisa Cordeiro Asselta da; SILVA, Ulisses Anselmo da. A importância do preenchimento adequado dos prontuários para evitar processos em Odontologia. **Arquivos em Odontologia**, [S.L.], v. 52, n. 1, p. 32-37, 27 set. 2016. Universidade Federal de Minas Gerais - Pro-Reitoria de Pesquisa. <http://dx.doi.org/10.7308/aodontol/2016.52.1.03>.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor.

COSTA, Sueli de Souza; FLÓRIO, Flávia Martão (ed.). Análise ético-legal de prontuários clínicos de cursos de odontologia brasileiros. **Revista Bioética**, [S.L.], v. 28, n. 3, p. 486-492, set. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422020283411>.

FERNANDES, Mário Marques. Reflexão odontológica o tempo de guarda documentação dos pacientes. **Rfo**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 7-12, abr. 2011.

FONSÊCA, Graciele Soares. Aspectos legais da utilização do prontuário digital na odontologia. **Rbol- Revista Brasileira de Odontologia Legal**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 69-77, 2014.

MARTINS LATORRACA, M.; REGINA PINHEIRO FLORES, M.; HENRIQUE ALVES DA SILVA, R. Conhecimento dos aspectos legais da documentação odontológica de cirurgiões-dentistas do município de Franca, SP, Brasil. **Revista da Faculdade de Odontologia - UPF**, [S. l.], v. 17, n. 3, 2013. DOI: 10.5335/rfo.v17i3.3383. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rfo/article/view/3383>. Acesso em: 30 maio. 2025.

PARANHOS, L.R.; SALAZAR, M.; RAMOS, A.L.; SIQUEIRA, D.F.. Orientações Legais aos Cirurgiões-Dentistas. **Odonto**, [S.L.], v. 15, n. 30, p. 55-62, 31 dez. 2007. Instituto Metodista de Ensino Superior. <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1000/odonto.v15n30p55-62>.

RAMOS, Daniel Israel de Anchieta. Prontuario odontologico: aspectos eticos e legais. 2005. 82f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Piracicaba, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1601120>. Acesso em: 30 mai. 2025.

SARAIVA A.S.; A importância do prontuário odontológico- com ênfase nos documentos digitais. *Rev Bras Odontol*. 2001; 68(2): 157-60.

SOARES, Elionai Dias; ARAËJO, Ney Soares de. Brazilian orthodontists and the legal issues involving their professional activity: a legal and behavioral proposal. **Dental Press Journal Of Orthodontics**, [S.L.], v. 18, n. 6, p. 65-71, dez. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s2176-94512013000600011>.



Quais são as principais considerações legais e éticas na criação e preservação de registros médicos odontológicos no Brasil

Silva et. al.